

ANEXO I – Termo de Referência
(Processo Administrativo n.º23381.004398.2017-78)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de recarga de extintores de incêndio, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:

158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA (REITORIA)						
Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Recarga de extintor AP (Água pressurizada) 10 Litros (Reitoria) .	3662	Serviço	54	25,30	1366,20
2	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 8 Kg (Reitoria) .	3662	Serviço	58	74,32	4310,56
3	Recarga de extintor Gás CO2 6Kg (Reitoria) .	3662	Serviço	28	68,33	1913,24

158471 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PRINCESA ISABEL						
Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	Recarga de extintor AP (água pressurizada) 10 Litros (Campus Princesa Isabel) .	3662	Serviço	20	25,30	506,00
5	Recarga de extintor Gás CO2 6 Kg (Campus Princesa Isabel) .	3662	Serviço	5	68,33	341,65
6	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 4 Kg (Campus Princesa Isabel) .	3662	Serviço	2	42,15	84,30
7	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 6 Kg (Campus Princesa Isabel) .	3662	Serviço	23	57,71	1327,33

158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS						
Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
8	Recarga de extintor AP (água pressurizada) 10 Litros (Campus Patos) .	3662	Serviço	27	25,30	683,10
9	Recarga de extintor Gás CO2 6 Kg (Campus Patos) .	3662	Serviço	7	68,33	478,31

10	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 4 Kg (Campus Patos) .	3662	Serviço	8	42,15	337,20
11	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 6 Kg (Campus Patos) .	3662	Serviço	18	57,71	1038,78
12	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 12 Kg (Campus Patos) .	3662	Serviço	1	78,70	78,70

158474 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS CABEDELLO

Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
13	Recarga de extintor AP (água pressurizada) 10 Litros (Campus Cabedelo) .	3662	Serviço	74	25,30	1872,20
14	Recarga de extintor PQS BC (pó químico seco) 8 Kg (Campus Cabedelo) .	3662	Serviço	20	74,32	1486,40
15	Recarga de extintor Gás CO2 6 Kg (Campus Cabedelo) .	3662	Serviço	20	68,33	1366,60
16	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 4 Kg (Campus Cabedelo) .	3662	Serviço	33	42,15	1390,95
17	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 6 Kg (Campus Cabedelo) .	3662	Serviço	66	57,71	3808,86

154868 - INSTITUTO FED.DA PARAÍBA/CAMPUS GUARABIRA

Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
18	Recarga de extintor AP (água pressurizada) 10 Litros (Campus Guarabira) .	3662	Serviço	10	25,30	253,00
19	Recarga de extintor Gás CO2 6 Kg (Campus Guarabira) .	3662	Serviço	10	68,33	683,30
20	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 4 Kg (Campus Guarabira) .	3662	Serviço	10	42,15	421,50

158473 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS PICUÍ

Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
21	Recarga de extintor AP (água pressurizada) 10 Litros (Campus Picuí) .	3662	Serviço	24	25,30	607,20
22	Recarga de extintor Gás	3662	Serviço	20	68,33	1366,6

	CO2 6 Kg (Campus Picuí).					
23	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 6 Kg (Campus Picuí).	3662	Serviço	14	57,71	807,94

158279 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS SOUSA

Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
24	Recarga de extintor AP (água pressurizada) 10 Litros (Campus Sousa).	3662	Serviço	40	25,30	1012,00
25	Recarga de extintor Gás CO2 6 Kg (Campus Sousa).	3662	Serviço	30	68,33	2049,90
26	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 4 Kg (Campus Sousa).	3662	Serviço	25	42,15	1053,75
27	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 6 Kg (Campus Sousa).	3662	Serviço	25	57,71	1442,75
28	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 12 Kg (Campus Sousa).	3662	Serviço	20	78,70	1574,00
29	Recarga de extintor CO2 4Kg (Campus Sousa).	3662	Serviço	4	43,97	175,88

158472 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS MONTEIRO

Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
30	Recarga de extintor AP (água pressurizada) 10 Litros (Campus Monteiro).	3662	Serviço	56	25,30	1416,80
31	Recarga de extintor Gás CO2 6 Kg (Campus Monteiro).	3662	Serviço	10	68,33	683,30
32	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 4 Kg (Campus Monteiro).	3662	Serviço	66	42,15	2781,90
33	Recarga de extintor PQS BC (Pó químico seco) 6 Kg (Campus Monteiro).	3662	Serviço	2	57,71	115,42
Valor Total Estimado da Ata (R\$)						38.835,62

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os serviços objeto deste instrumento objetivam a manutenção das condições de usabilidade e segurança dos extintores das unidades que compõem a Reitoria do IFPB, tendo em vista que os mesmos encontram-se próximos de seu vencimento.

2.2. Espera-se, com isso, a manutenção das condições mínimas de segurança dos ambientes e sua plena capacidade de combate a incêndios, tal como exigido pelas normas do corpo de bombeiros.

2.3. O sistema de registro de preços será utilizado porquanto os serviços serão prestados parceladamente, de acordo com as necessidades que ocorrerão ao longo da vigência da ata, enquadrando-se, portanto, nos incisos I e II, do art. 3º do Decreto nº 7.892/13.

2.4. Ademais, a utilização do SRP justifica-se também pela conveniência em atender aos demais campi que compõe o IFPB, enquadrando-se no inciso III do art. 3º do Decreto nº 7.892/13. Assim, tal procedimento permite a centralização de recursos administrativos em apenas uma unidade que realizará os procedimentos necessários a contratação por todos os demais órgãos.

2.5. Destaca-se que os itens foram divididos por localidades, de forma a proporcionar uma maior competitividade, visto que os licitantes poderão escolher apenas os itens em que possuem capacidade operacional para a execução dos serviços.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços objeto deste termo de referência são considerados comuns, porquanto seus padrões de desempenho e qualidade estão definidos objetivamente neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. A empresa a ser contratada para prestar os serviços em questão deverá colocar à disposição da CONTRATANTE pessoal formal e materialmente capacitado à sua realização, nos locais e horários previamente definidos neste Termo de Referência.

4.1.2. Os serviços de recarga deverão ser realizados nas dependências da empresa contratada, observadas as etapas abaixo:

4.1.2.1. Retirar e transportar os extintores, de forma alternada, até completar o quantitativo contratado;

4.1.2.2. A retirada deverá ser realizada mediante apresentação de recibo emitido em papel timbrado da empresa, no qual deverá constar: a quantidade total de extintores retirados, modelos, números de identificação e locais de instalação.

4.1.2.3. Testar cada extintor para verificação das condições do equipamento de acordo com a norma da ABNT – NBR 12962;

4.1.2.4. Realizar o teste hidrostático, para o nível 3;

4.1.2.5. Recarregar todo equipamento com a mesma característica do material original;

4.1.2.6. Identificar todos os cilindros com os selos de identificação com o tipo de componente do material (CO₂, Pó Químico e H₂O), o prazo de garantia, selo do INMETRO e a validade do serviço;

4.1.3. A retirada e a entrega dos equipamentos deverá ocorrer com a presença de um servidor da CONTRATANTE.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda da CONTRATANTE tem como base as seguintes características:

5.1.1. Os extintores estarão disponíveis no endereço abaixo especificado, onde deverão ser retirados para realização dos serviços contratados:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA (REITORIA)	
Endereço	Horário de Funcionamento
Edifício Coroliano de Medeiros: Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe, João Pessoa - PB Cep: 58015-020	Segunda a Sexta, 08h às 18h.
Pró-reitoria de Administração e Finanças: Av. Alm.Barroso, 1077 – Centro, João Pessoa –PB, Cep: 58013-120	
PREXT, PRAE e COENGE: R. das Trincheiras, 275 – Centro, João Pessoa – PB, Cep: 58013-120	
CRPNM: Rua Duque de Caxias Centro Cabedelo - PB 58100-263	

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

158471 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PRINCESA ISABEL	
Endereço	Horário de Funcionamento
Acesso Rodovia PB 426, S/N Zona Rural / Sítio Barro Vermelho Princesa Isabel – PB CEP: 58755-000.	Segunda a Sexta-Feira, das 08h às 12h e das 14h às 17h.
158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS	
Endereço	Horário de Funcionamento
Acesso Rodovia PB 110, s/n, Bairro Alto Tubiba, Patos – PB, CEP 58700-000.	Segunda a Sexta-Feira, das 08h às 17h
158474 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS CABEDELLO	
Endereço	Horário de Funcionamento
Rua Santa Rita de Cássia, 1900, Jardim Camboinha, Cabedelo – PB, CEP: 58103-772.	Segunda a Sexta-Feira, das 08h às 17h
154868 - INSTITUTO FED.DA PARAIBA/CAMPUS GUARABIRA	
Endereço	Horário de Funcionamento
Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, Rodovia PB 057 - KM-02 - S/N, Guarabira – PB, CEP: 58200-000.	Segunda a Sexta-Feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.
158473 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS PICUI	
Endereço	Horário de Funcionamento
Acesso à Rodovia PB 151, s/n, Bairro Cenecista, Picuí – PB, CEP: 58187-000.	Segunda a Sexta-Feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h.
158279 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS SOUSA	

Endereço	Horário de Funcionamento
Unidade Sede: Rua Presidente Tancredo Neves, s/n, Jardim Sorrilândia, Sousa – PB, CEP: 58800-970; Unidade São Gonçalo: Av. Pedro Antunes de Oliveira, S/N, São Gonçalo, Sousa – PB, CEP: 58.814-000.	Segunda a Sexta-Feira, das 07h às 22h
158472 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS MONTEIRO	
Endereço	Horário de Funcionamento
Acesso Rodovia PB 264, s/n, Bairro Vila Santa Maria, Monteiro-PB, CEP 58500-000	Segunda a Sexta-Feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- 6.1.1.A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.
- 6.1.2.A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar os extintores recarregados em conforme foi retirado no local acima especificado com total atenção a quantidade, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis.
- 6.1.3.No ato da entrega, os extintores serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), devendo ser substituído(s) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do contato feito pela CONTRATANTE.
- 6.1.4.O prazo de garantia dos serviços de recargas será de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar do atesto na Nota Fiscal e será aplicado ao fato concreto os dispostos do Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/90.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO.

7.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, observado o constante no subitem 6.1.1.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **10 (dez) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

9.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.9. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.1.6. não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1.advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

13.2.3. multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.1.em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

João Pessoa, _____ de _____ de 2017.

José Carlos Gomes de Lima

Coordenador de Segurança, Transporte e Serviços Gerais
IFPB/Reitoria

João Miguel Neto

Diretor de Comunicação, Manutenção e Logística
IFPB/Reitoria